



Munich Personal RePEc Archive

Twenty years of Perspectives on Public Expenditures

Mourao, Paulo and Rodrigues, Carlos

NIPE/UMinho

January 2007

Online at <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/3416/>

MPRA Paper No. 3416, posted 07 Jun 2007 UTC

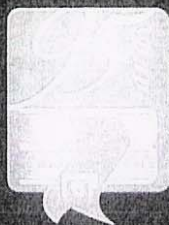
REVISTA TRIBUTÁRIA

E DE FINANÇAS PÚBLICAS

Ano 15 - 72 - janeiro-fevereiro 2007

Coordenação: Dejalma de Campos

Tributação na internet - Cumulatividade do ICMS - ISS sobre serviços notariais - Regime jurídico das taxas - Receita pública - Responsabilidade tributária dos sócios - Prescrição *ex officio* - Constitucionalidade superveniente - Justiça tributária - Quebra de sigilo bancário - Licitação e rigor formal - Direito tributário internacional - Crédito-prêmio do IPI - Prescrição tributária - Despesa pública - Constituição Federal. Definição de competências - Extinção de crédito tributário.



EDITORA **RT**
REVISTA DOS TRIBUNAIS

DIREITO PÚBLICO

1

Abordagens da despesa pública nos últimos vinte anos

CARLOS RODRIGUES

Mestrando em economia pela Universidade
do Minho.

PAULO REIS MOURÃO

Professor Assistente do Departamento de
Economia da Universidade do Minho.

Resumo: A afetação de recursos às respostas das necessidades coletivas encontra-se consignada num documento que recebe a genérica designação de *orçamento*. A capacidade de o Estado intervir na economia é, muitas vezes, identificada com a operacionalidade dos seus instrumentos, nomeadamente, com o poderoso instrumento que é a *política orçamental*. O presente trabalho debruçar-se-á sobre as despesas públicas, exprimindo os contributos mais recentes na área, a par de resultados empíricos observados. Conclui pela necessidade de flexibilizar normas, como as do *budget targeting*, que, afetando as diferentes expres-

sões da *política orçamental* no seio da União Económica e Monetária, restringem a dinâmica de efeitos positivos que uma gestão saudável da *res publica* permite.

Abstract: This paper synthesises some of the (New) Public Expenditures Theories. It also focuses on the Fiscal Adjustments theme. We analysed public expenditures evolution in a sample composed by seventeen OCDE countries observed between 1870 and 1990. Our conclusion recognizes the heterogeneity of the most recent Public Expenditure Theories and the different growth rates assumed by the evaluated outlays.

Palavras-chave: Política orçamental – Despesa pública – Elasticidades da despesa pública – Regras orçamentais.

Key Words: Fiscal policy – Public expenditures – Outlays elasticities – Budget rules.

SUMÁRIO: Introdução – 1. Revisão da literatura: 1.1 Revisão da literatura das consolidações orçamentais; 1.2. Teorias do crescimento das despesas públicas e incidência teórica – 2. A política orçamental da Zona Euro como instrumento de estabilização macroeconômica – 3. Evidência empírica da despesa pública – 4. Conclusão – 5. Referências bibliográficas – Apêndice.

INTRODUÇÃO

A área temática da política econômica denominada *finanças públicas* tem sido alvo das atenções generalizadas no seio da União Econômica e Monetária neste início do século XXI.

O presente trabalho procurará focalizar alguns dos traços preponderantes das abordagens mais recentes em torno de um dos lados da balança orçamental: a despesa.

Ainda que a realidade orçamental seja composta também pelo universo das receitas públicas, não só por questões de regulamentação própria dos processos de decisão orçamental, mas igualmente pela capacidade interventiva do Estado na economia, a dimensão das despesas públicas é observada como a face alvo da manipulação desse instrumento de política econômica considerável que se manifesta na gestão dos recursos e das necessidades coletivas.

Após uma revisão da literatura que inclui necessariamente uma apresentação das teorias explicativas do crescimento verificado das despesas públicas, avançaremos para a apreciação crítica da política orçamental no seio da União Econômica e Monetária. Apresentaremos, por fim, o resultado de uma investigação na qual pretendemos auscultar os diferentes ritmos de crescimento de várias rubricas das despesas públicas, consideradas na classificação funcional.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1 *Revisão da literatura das consolidações orçamentais*

A literatura econômica referente aos efeitos dos ajustamentos econômicos tem ressurgido a partir dos anos 90 do século XX, devido, sobretudo, às inesperadas conseqüências de vários ajustamentos que tiveram lugar na Europa desde metade da década de oitenta mas igualmente à verificação de que consolidações orçamentais na Dinamarca e na Irlanda conduziram a expansões em vez de como seria de esperar recessões.

Recente literatura relativa aos efeitos dos ajustamentos orçamentais fez emergir com alguma regularidade resultados empíricos. O tamanho, persistência e composição dos ajustamentos, bem como o estado da economia na altura do ajustamento, tudo será visto como possível de afetar o seu sucesso. Autores como Giavazzi e Pagano (1990) analisaram o papel da política monetária e das taxas de câmbio antes e durante os ajustamentos. Como sabemos, os modelos keynesianos

prevêem que um aumento dos gastos públicos terá um efeito positivo no produto. Por outro lado, um aumento dos impostos mantendo a despesa igual, diminui o consumo privado e as taxas de juros. Os investimentos aumentam, mas o efeito global no produto é negativo. Uma diferente classe de modelos¹ propõe que os efeitos da política orçamental sobre o produto e o consumo são não-lineares e dependem das circunstâncias dos ajustamentos, comungando de duas principais conclusões: a escala e a composição das consolidações são relevantes para os ajustamentos orçamentais. Diversos autores apontaram ainda o papel da política monetária e das taxas de câmbio antes e durante os ajustamentos. Giavazzi e Pagano (1990) focaram o hiato entre alterações nas variáveis fiscais e mudanças nas taxas de câmbio enquanto Alesina e Perotti (1997) mencionam sobretudo o papel das taxas de câmbio enquanto instrumentos de preparação dos choques fiscais

No entanto, ainda não alcançamos um consenso acerca dos efeitos das consolidações orçamentais e da dívida pública, se têm efeitos keynesianos neoclássicos, ricardianos ou se um pouco de todos.

Em termos genéricos, um choque orçamental pode ter efeitos não-keynesianos quando o impacto é suficientemente significativo de forma a alterar as expectativas relativas às despesas e receitas orçamentais futuras, bem como quanto à evolução da dívida pública (por oposição a efeitos keynesianos, onde o choque orçamental não enviesa as expectativas dos agentes). Por exemplo Blanchard *et al* (1990) e Sutherland (1997) referem que podem surgir efeitos não-keynesianos associados ao aumento dos impostos, para elevados níveis de dívida pública, enquanto que Bertola e Drazen (1993) modelizam os efeitos dos gastos públicos como uma função do nível inicial de despesa pública. Este tipo de argumentos baseia-se naquilo que por vezes se apelida como *expectations view* ou *the expectational view of fiscal policy* (cfr. por exemplo De Bonis e Paladini (1998) ou Zaghini (1999)). Por outro lado, se as despesas públicas continuam a aumentar, para além de um certo limite, eleva-se também a probabilidade de que se venha a verificar um ajustamento orçamental (na terminologia de Bertola e Drazen (1993) as despesas públicas atingem um *trigger point* para o qual o ajustamento orçamental é extremamente provável). Uma vez verificado esse ajustamento criam-se expectativas de uma significativa redução futura dos impostos, podendo os consumidores considerar que o seu rendimento permanente aumentou. Nesse caso, as despesas de consumo privado podem também aumentar, com os consumidores a exibirem então um comportamento ricardiano. Por exemplo Cour *et al* (1996) referem que um comportamento ricardiano se poderá ter verificado precisamente nos casos das consolidações orçamentais da Dinamarca e da Irlanda nos anos 80 que atrás referimos.

A importância da composição do orçamento é referida por Alesina e Perotti (1995, 1997), podendo a alteração da composição das várias rubricas orçamentais ter efeitos distintos. Conclusão semelhante é apresentada por McDermott e

1. Ver, por exemplo, Alesina e Perotti (1995), com os aumentos dos impostos, e McDermott e Wescott (1996), com a análise de episódios de significativas consolidações orçamentais no período de 1970-1995 em países industrializados.

Westcott (1996) e por Alesina e Ardagna (1998) enquanto que Heylen e Everaert (2000) não confirmam ser a redução das despesas correntes mais propícia ao sucesso das consolidações orçamentais.

1.2 Teorias do crescimento das despesas públicas e incidência teórica

O crescimento das despesas públicas no último século foi acompanhado por uma considerável mudança na composição dos seus gastos. Desde então, o conjunto de propostas explicativas deste fenómeno foi sintetizado em duas grandes áreas, por um lado, os proponentes de uma explicação conotada com o lado da procura e, na outra ramificação, os críticos da oferta.

Logo, no último quarto do século XIX, Wagner² (1877/1890) enunciou duas propostas de explicação do crescimento da despesa pública. A primeira destas explicações (I Lei de Wagner) identificava a reestruturação social subjacente à transição de uma sociedade baseada em atividades extrativas a uma sociedade com o fulgor industrial que envolvia o autor. A II Lei de Wagner sugeria, em termos formais, uma aproximação aos fundamentos microeconômicos que autores, como Giffen, vinham desenvolvendo: a questão das diferentes elasticidades do rendimento, transpostas, com as devidas restrições, aos bens públicos. Peacock e Wiseman, em 1961, identificaram “efeitos de deslocamento” como responsáveis pela pressão da procura de bens públicos. Um conjunto alternativo de autores, como Downs, em 1957, Romer e Rosenthal, em 1979, e Meltzer e Richard, em 1981, apelaram para a redistribuição de rendimento como conjunto explicativo. A generalização da redistribuição a franjas populacionais até aí desfavorecidas associada à concorrência entre os partidos possibilitava o aumento inerente dos gastos.

A oferta de bens públicos, para diversos autores, contribui, essencialmente, como fator preponderante para a explicação da evolução crescente das despesas do Estado. Baumol (1967), Beck (1981) e Pommerehne e Schneider (1982), citados por Stiglitz (2000), identificam os preços relativos e a procura inelástica como causas principais deste fato. Frey e Schneider (1981) indicam, prioritariamente, a distância face a momentos eleitorais como as responsáveis pelo disparar dos gastos. Niskanen (1971) e Romer e Rosenthal (1979) abordam a problemática de um prisma próximo do tópico da seleção adversa. Também Bush e Denzau (1977), Frey e Pommerehne (1982), Cameron (1978) e Castles (1982) (em citação de Stiglitz: 2000) observam o comportamento burocrata, agora entendido como grupo eleitor representativo, enquanto responsável pela evidência. Outros trabalhos de Cameron (1978) e Castles (1982) acusam os diferenciais ideológicos como responsáveis por diferentes observações da despesa, enquanto Brennan e Buchanan (1978) e Oates (1985) avisam para a tendência heterogênea da descentralização.

2. A POLÍTICA ORÇAMENTAL DA ZONA EURO COMO INSTRUMENTO DE ESTABILIZAÇÃO MACROECONÔMICA

Na década de 1980 e, principalmente, na de 1990, muitos países aperceberam-se do perigo que afetava as suas finanças e dos níveis muito elevados das

2. Em Stiglitz (2000).

suas despesas. Por outro lado, também reconheceram o potencial de distorção econômica que os altos impostos podem provocar, bem como a crescente necessidade de financiamento dos défices orçamentais cada vez maiores pondo em causa o princípio da equidade inter-geracional.³ Uma outra possível razão para uma maior consciencialização das despesas públicas foi o aprofundar da integração europeia e da assinatura do Tratado de Maastricht (Tratado da União Econômica e Monetária – TUE), e, mais recentemente do Pacto de Estabilidade e Crescimento – PEC (Kamps: 2001).

A política orçamental consiste na utilização deliberada das receitas e das despesas públicas, fundamentalmente para alcançar três grandes objetivos:

1. satisfação de necessidades sociais através da provisão de bens e serviços públicos;
2. redistribuição do rendimento;
3. estabilização macroeconômica.

A eficácia da política orçamental, do ponto de vista da estabilização macroeconômica, pode ser avaliada pelo confronto entre o efeito dos multiplicadores orçamentais e o efeito de evicção ou de esvaziamento (*crowding out*). A ideia do multiplicador orçamental resulta de se admitir que a expansão das despesas públicas gera rendimento para outros agentes econômicos, que aumentam posteriormente as suas despesas. Efeito análogo ao do aumento dos gastos públicos pode ser conseguido com a diminuição dos impostos, embora, o multiplicador dos impostos seja inferior ao dos gastos.

A consideração da abertura da economia ao exterior reduz a dimensão dos multiplicadores orçamentais, na medida em que uma parte do acréscimo da procura desencadeada pelo aumento dos gastos, ou pela redução dos impostos, é satisfeita por importações provenientes do exterior, que também podem ser vistas com uma “fuga” no circuito rendimento-despesa. É claro que o efeito redutor das importações pode ser atenuado por um acréscimo de exportações suscitado por um eventual aumento da procura externa originada, por exemplo, por uma política orçamental expansionista nos nossos parceiros comerciais.

A problemática em torno da proposição de regras na economia (comunitária), neste caso, no domínio da política orçamental, é um foco de discussão em aberto. Na realidade, ao lado da abundância de argumentos severamente críticos da aplicação deste princípio,⁴ surge um manancial de adeptos, muitos influenciados pelo pragmatismo da aplicabilidade das regras no campo monetário.

3. Na perspectiva da equidade inter-geracional, importa notar que não é o défice público total que retira recursos à formação de capital da economia, mas sim a parte do défice que financia despesas correntes. Consequentemente, só se deve considerar que há um comportamento irresponsável relativamente às gerações futuras quando se lhes transmite uma dívida pública não compensada por uma maior dotação de capital público (ver Romer, 2001:531-582).
4. Romer (2001: 483)

No entanto, a aplicação de regras deve considerar, imprescindivelmente, a composição das próprias despesas. No sentido de acrescentar alguma clarividência sobre a evolução da composição dos gastos, surge a secção seguinte.

3. EVIDÊNCIA EMPÍRICA DA DESPESA PÚBLICA

A necessidade sentida pelos Estados do recurso a programas de consolidação orçamental explica-se pelo crescimento demasiado significativo da despesa pública na generalidade dos países (um crescimento, inclusive, verificado como proporção do respectivo produto) e não acompanhado pela evolução sustentável das receitas públicas. No sentido de ilustração desse fenómeno que motivou a anterior discussão teórica, apresentamos os seguintes comentários desenvolvidos sobre um painel de 17 países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico – OCDE.

Devido às responsabilidades acrescidas a que o Estado tem sido chamado a desempenhar, as despesas públicas nominais aumentaram significativamente, representando presentemente pouco menos de metade do PIB, o que mostra como a influência do Estado na economia (ainda) é grande e abrange vários domínios no painel amostral considerado.

Nas últimas décadas, o principal problema com que estes mesmos países se depararam foi o aumento significativo dos gastos associados com a saúde, programas sociais e do pagamento da dívida pública (Trotman-Dickenson: 1996: 80-88). A maioria destes crescimentos dos gastos públicos resultaram de uma forma explícita de decisões políticas e não resultaram de alguns factores técnicos como por exemplo a Lei de Wagner. As primeiras constatações referentes à evolução das despesas reais do Estado assumem que se sentiu um enorme crescimento do seu peso relativo principalmente a partir da década de 1960, tendo atingido um equilíbrio nos 17% do PIB nas décadas seguintes. Temos de destacar os países do norte da Europa, mais precisamente os escandinavos, como os que mais gastos reais efetuam, sendo a Suécia o país com maior percentagem dos gastos reais com 25,8%. Por outro lado, o Japão é o país com menor percentagem de gastos reais relativamente ao seu PIB, com apenas 9,7%.

Relativamente à despesa pública em salários, sentiu-se igualmente um enorme crescimento do seu peso relativo principalmente a partir da década de 1960, sendo a média em 1995 de 18,4% do PIB, comparativamente aos 5,2% de 1937. Novamente, temos de destacar os países do norte da Europa como os que mais gastos efetuam em salários, sendo a Suécia o país com maior percentagem com 32,0%. Igualmente face às conclusões anteriores, o Japão é o país com menor percentagem de gastos públicos em salários com apenas 6,9% do PIB.

A mais importante mudança na composição das despesas públicas aconteceu desde há 40 anos com um aumento extraordinário dos gastos em subsídios e transferências. De assinalar que mais importante que os subsídios à produção para este crescimento, foram os gastos em despesas sociais ou de atividades de bem-estar da população da maioria dos países industrializados. Os gastos

públicos cresceram em média de 9,7% em 1960 para 23,2% em meados da década de 90. Os países com maiores gastos em subsídios e transferências são a Holanda e a Suécia, respectivamente com 35,9% e 35,7% do PIB. Por outro lado os países com menores despesas são a Nova Zelândia e os EUA com 12,9% e 13,1% respectivamente. Durante todo o século XX, a disponibilização da educação por parte do Estado foi percebida pela maioria das pessoas como uma das suas principais funções. Apesar disso, os valores em despesas com a educação são bastante diminutos, se os compararmos com outros tipos de gastos que não têm tantas possibilidades de externalidades positivas. Salientamos, no entanto, que o peso destas despesas cresceram relativamente a 1913, passando de 1,3 para 6,1% em 1993/1994.

Relativamente à despesa pública em saúde, sentiu-se igualmente um crescimento do seu peso relativo principalmente a partir da década de 1960, sendo a média em 1995 de 6,4% do PIB, comparativamente aos 0,4% de 1930. Os países que mais gastos efetuam em saúde são a França e a Bélgica com 7,6% e 7,2% respectivamente. Igualmente à rubrica anterior comentada, o Japão é o país com menor percentagem de gastos públicos em saúde, com apenas 6,9% do PIB.

Face à despesa pública com políticas de luta contra o desemprego, sentiu-se um crescimento generalizado do seu peso relativo principalmente a partir da década de 1960, sendo a média em 1995 de 1,6% do PIB. Os países que mais gastos efetuam nesta rubrica são a Holanda e a Bélgica com 3,4% e 2,9% respectivamente; se nos referirmos ao total das despesas contra o desemprego, os países com maior despesa relativa são a Holanda e a Irlanda com 4,8% e 4,6%. O Japão e os EUA são os países com menor percentagem de gastos públicos em subsídios ao desemprego com apenas 0,5% do PIB.

Perante a evolução da despesa com o pagamento de juros da dívida pública, referimos que se sentiu um crescimento do peso relativo desta rubrica principalmente a partir dos fins da década de 80, estando ainda em crescimento, sendo a média em 1995 de 4,5% do PIB. Os países que mais despesas em juros suportam são a Itália e a Bélgica, com 11,1% e 9,8%. A Suíça e a Austrália são os países com menor percentagem de gastos em juros da dívida relativamente ao seu PIB com apenas 0,9% e 1,8% respectivamente.

Interessante é ainda a observação da evolução da sensibilidade do crescimento do peso de determinadas rubricas orçamentais relativamente ao aumento percentual do rendimento (sugerido na tabela I em apêndice). Torna-se, pois, visível que, no período de, aproximadamente, um século contabilizável (1870-1960), os bens com uma elasticidade superior a um, seriam os relacionados com as rubricas dos salários do setor público, dos subsídios e transferências, da educação e da saúde. Com elasticidade negativa, registramos os dados relacionados com os subsídios de desemprego.

No entanto, curiosamente, desde 1960 até à década de 1990, o panorama inverteu-se. As elasticidades convergem para valores nulos, enquanto a componente dedicada aos subsídios de desemprego cresce.

4. CONCLUSÃO

As abordagens mais recentes que focalizam as despesas públicas não são unânimes face aos efeitos derivados de um esforço de consolidação orçamental.

Na realidade, a apreciação crítica de políticas como de *budget targeting*, accionadas no seio da União Económica e Monetária, leva ao reconhecimento que o estrangulamento das potencialidades de uma gestão ativa das despesas públicas, restringe a capacidade interventiva da política orçamental, um dos poucos instrumentos disponíveis aos Estados para reagirem a choques assimétricos.

Avaliando a evolução das taxas de crescimento das despesas, desagregadas por algumas rubricas significativas, num espectro de vários países da OCDE, concluímos pela existência de áreas que apresentam crescimentos moderados, como as áreas da educação, da saúde ou dos subsídios de desemprego; no entanto, áreas como a das transferências para os particulares, a par da dos salários ao funcionalismo público, foram algumas das que registaram evolução mais notória. Os subsídios de desemprego são os componentes da única rubrica estudada que cresceu face aos aumentos médios do produto.

Finalmente, as novas abordagens da despesa pública visam uma revitalização do peso do setor público, não numa dimensão de mero participante na atividade económica, mas de parceiro dos restantes agentes intervenientes. Pretendem, pois, não a ancoragem da dinâmica específica do Estado, no seu vigor como ativador da política orçamental restringida por regras desfasadas, mas, ao invés, o aproveitamento dos seus recursos, canalizados para uma despesa pública com capacidade de introdução de estímulos efetivos no conjunto económico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALESINA, A. e R. PEROTTI. Fiscal expansions and adjustments in OECD countries. *Economic Policy*, 21, 1995.
- _____. Fiscal adjustments in OECD countries: composition and macroeconomic effects. *Staff Papers do Fundo Monetário Internacional*, 44 (2), 1997.
- _____. e ARDAGNA, S. Tales of fiscal contractions. *Economic Policy*, 27, 1998.
- BARBOSA, António S. Pinto. *Economia pública*. Lisboa: McGraw-Hill, 1997.
- BERTOLA, G. e DRAZEN, A. Trigger Points and Budget Cuts: explaining the effects of fiscal austerity. *American Economic Review*, 83 (1), 1993.
- BLANCHARD, O., CHOURAQUI, J., HAGEMANN, R., e SARTOR, N. The sustainability of fiscal policy: new answers to an old question. *OECD Economic Studies* 15, 1990.
- BLAUG, Mark. *Economic theory in retrospect*. London: Cambridge University Press, 1985.
- BURDA, Michael e Charles Wyplosz. *Macroeconomics – a european text*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- COUR, P.; DUBOIS, E., MAHFOUZ, S. e PISANI-FERRY, J. The Costs of Fiscal Adjustment Revisited: how Strong is the Evidence? *CEPII Working Paper*, 1996.
- DE BONIS, V. e R. PALADINI. Fiscal adjustment in europe and ricardian equivalence. *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, 51 (206), 1997.

- DICKEY, D. e W. FULLER. The Likelihood Ratio Statistics for Autoregressive Time Series with a Unit Root. *Econometrica*, 49, 1981.
- DORNBUSCH, Rudiger e STANLEY Fischer. *Macroeconomic*. Lisboa: McGraw-Hill, 1990.
- FMI. Structural Budget Indicators for the Major Industrial Countries. *World Economic Outlook*, 99-103, 1993.
- FMI. Structural Fiscal Balances in Smaller Industrial Countries. *World Economic Outlook*, 1995.
- GIAVAZZI, F e M. PAGANO. Can severe fiscal contractions be expansionary? Tales of two small european countries. In: Blanchard, O. e Fischer, S. (eds.). *NBER Macroeconomics Annual*. MIT Press, 1990.
- KAMPS, C. Fiscal consolidation in Europe: pre-and post-Maastricht. *Kiel Working Paper 1.028*; Kiel, 2001.
- MCDERMOTT, C. e R. WESCOTT. An empirical analysis of fiscal adjustments. *Staff Papers do Fundo Monetário Internacional*, 43 (4).
- MUSGRAVE, Richard A. e Peggy B. Musgrave. *Public finance in theory and practice*. 5. ed. McGraw-Hill, 1989.
- PEROTTI, R. Fiscal Consolidation in Europe: composition matters. *American Economic Review, Papers and Proceedings*, 86 (2), 1996.
- _____. The political economy of fiscal consolidations. *Scandinavian Journal of Economics*, 100 (1), 1988.
- _____. Fiscal policy in good times and bad. *Quarterly Journal of Economics*, 1999.
- ROMER, David. *Advanced macroeconomics*. 2. ed. McGraw-Hill, 2001.
- ROSEN, Harvey S. *Public finance*. 5. ed. New York: Irwin McGraw-Hill, 1999.
- STIGLITZ, Joseph. *Economics of the public sector*. 3. ed. New York: W. W. Norton & Company, 2000.
- SUTHERLAND, A. Fiscal crises and aggregate demand: can high public debt reverse the effects of fiscal policy? *Journal of Public Economics*, 65 (2), 1997.
- TANZI, Vito e SCHUKNECHT, Ludger. *Public Spending in the 20 th Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- TROTMAN-DICKENSON, D.I. *Economics of the Public Sector*. London: Mackmillan, 1996.
- ZAGHINI, A. The economic policy of fiscal conditions: the european experience. *Tem di Discussione*, 355. Banca d' Italia, 1999.

APÊNDICE

O cálculo da elasticidade-rendimento das rubricas, baseado nos valores médios extraídos dos quadros em citação, sob uma amostra de 17 países da OCDE, resumiu-se à fórmula representativa do aumento percentual das despesas afetas a cada rubrica relativamente ao aumento percentual do agregado de referência (neste caso, o PIB): $\frac{\delta \ln G_i}{\delta \ln Y}$

$$\frac{\delta \ln G_i}{\delta \ln Y}$$

Assim, a tabela seguinte apresenta os resultados alcançados

Tabela I – Elasticidades-rendimento médias de várias rubricas da despesa pública de uma amostra de 17 países da OCDE

rubricas	Anos	
	1870-1960	1960-1990
despesas reais	0,4	0,1
salários	1,0	0,1
defesa	0,0	-0,1
subsídios e transferências	2,0	0,4
educação	1,2	0,2
saúde	1,8	0,5
desemprego	-0,2	1,2
juros	0,1	0,1

Fonte: Cálculos dos autores baseados nos valores do *World Economic Outlook* (1993 e 1995)